

Governador sanciona lei de diretrizes orçamentárias

O Governador Leonel Brizola sancionou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que orienta os investimentos e despesas de todos os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no próximo ano. Segundo o Secretário estadual de Planejamento, Fernando Lopes, o Governo pretendeu, com a Lei, fixar compromissos e discriminar que tipo de comportamento terá o Governo Brizola. Lopes disse também que a atual administração já vem colocando em prática esse comportamento fixado na Lei através das compressões de gastos com custeio — custo da máquina administrativa — padronização de despesas e concessão de reajustes diferenciados para o funcionalismo de forma a reduzir distorções salariais.

A Lei fixa que a variação da receita do Estado será o principal parâmetro de reajuste para as despesas com o funcionalismo e seus encargos sociais. Com isso, tenta-se evitar situações vividas este ano pelo Governo, que

Falso dilema

ENTENDE-SE que o Estado não tenha recursos para realizar todas as obras públicas necessárias. O Governador Leonel Brizola se vale dessa limitação natural para anunciar um dilema: vai escolher entre a recuperação do Elevado do Joá e a conclusão de uma galeria de acesso do metrô, em Copacabana.

COMO não há maneira de comparar as duas obras,

não há escolha possível (fora de óbvios critérios de segurança pública, mas o Governador não entra nessa questão).

NEM é preciso escolher: o bom administrador, ante duas tarefas necessárias, opta por ambas. A falta de dinheiro pode influir nos cronogramas, não na decisão de fazer o que deve ser feito.

foi obrigado a comprometer quase todos os seus recursos com o pagamento de pessoal, como ocorreu no mês passado.

Outro item estabelece que o reajuste dos servidores, sujeito a aprovação da Assembleia, terá critérios diferenciados. Com isso, o Governo pretende garantir a redução das diferenças salariais existentes entre as faixas e

entre salários de servidores de órgãos distintos.

A lei prevê também, e este é o ponto considerado de maior relevância pelo Secretário, que todos os órgãos do Governo serão obrigados a reduzir dez por cento do total gasto este ano com custeio. Os recursos economizados serão reorientados para aplicações na área de educação.